



**CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ANO: 2019**

**SEABRA – BAHIA**

E-mail:- [conselhosseabra@gmail.com](mailto:conselhosseabra@gmail.com)

PARECER TÉCNICO CME – Seabra 14/2019

INTERESSADA: Ministério Público do Estado da Bahia (Comarca Seabra) e Secretaria municipal de Educação e Cultura de Seabra- Ba

MUNICIPIO: Seabra- Ba

ASSUNTO: Fechamento da escola Municipal de Angico, em Angico, e desativação da escola Professor Sá Teles para educação infantil e F1 em Morro Redondo, núcleo Baixãozinho/ Alagadiço desse município.

RELATOR: Elcimar Lazaro Vieira

APROVADO PELO CONSELHO PLENO EM: 17/06/2019

HOMOLOGADO EM: 05/07/2019

### 1- RELATÓRIO

A secretaria Municipal de educação e cultura realizou fechamento das escolas rurais escola Municipal de Angico, em Angico, e desativação da escola Professor Sá Teles para educação infantil e F1 em Morro Redondo (permanece nessa escola funcionamento de EJA), núcleo Baixãozinho/ Alagadiço desse município. As duas escolas funcionavam sob o mesmo nome, Professor Sá Teles (segundo informações, a escola de Angico fora mudado de nome, agregando a de Morro Redondo por conta de caixa escolar), atendendo alunos das duas comunidades. Angico é comunidade quilombola não reconhecida, e Morro redondo possui reconhecimento. O ato de fechamento e desativação para educação infantil fora feito de maneira unilateral, sem anuência ou ciência do CME e sem seguir os devidos trâmites necessários. A comunidade escolar (ou outras) procurou o Conselho Municipal de Educação e/ou bem como acionou representação no Ministério Público juntamente com o CME. Em

audição as partes e em resposta, o MP solicitou que o CME procedesse visitas técnicas e elaborasse parecer.

## 2- HISTÓRICO

### 2.1- Caracterizações da escola e estrutura local-

Ambas as escolas os prédios estão em perfeito estado de conservação, muito preservado e cuidado pelas comunidades. Todos em perfeito estado de funcionamento. A escola rural Professor Sá Teles, em Angico, povoado quilombola não reconhecido, conta com duas salas de aulas bem amplas, cozinha/ cantina, banheiros e um corredor de entrada entre as dependências e a salas de aula, corredor coberto ao fundo que dá acesso aos banheiros. Uma das salas é com piso em cerâmica, a outra com piso em cimento queimado. Ao ver que existe uma abertura da cantina para a primeira sala, percebe-se que a mesma era usada para os infantes receberem e consumirem o lanche, bem como era usada para espaço recreativo e reuniões. Tal constatação fora reportado pela comunidade em reunião. Existe espaço nas laterais e ao fundo, que também poderia ser usado como recreativo. O inconveniente da escola é uma calçada muito alta, de cerca de 8 degraus (1,20m ou mais), para acessá-la.

A escola rural Professor Sá Teles, em Morro Redondo, povoado quilombola reconhecido, conta com sala de aula ampla, cozinha/ cantina, banheiros e um corredor de entrada entre as dependências e a sala de aula, o acesso aos banheiros não é coberto. Funciona no período noturno com EJA. Existe espaço bem amplo em frente à escola que possivelmente era usado como espaço recreativo.

### 2.2- Do fechamento/ encerramento das atividades da escola

Aos sete dias do mês de fevereiro de 2019, a direção local juntamente com representantes da SEMEC, secretário municipal, realizou reunião com pais de alunos da comunidade, que fora lavrada em ata e assinada pelos presentes. A reunião em Morro redondo fora realizada às 14h, e em Angico por volta das 17h. Segundo a ata, ambas as reuniões trataram dos mesmos assuntos. Falou se do baixíssimo número de alunos da escola, da denúncia sofrida pelo

município de excesso de contratos, do número mínimo alunos por escola para manter o funcionamento, do remanejamento dos alunos para outra escola- Palmeira dos Mendes ou Alagadiço-, sobre a comunidade quilombola, questões de transporte e de segurança dos alunos e acompanhamento de monitor. Houve questionamento principalmente sobre o transporte, estradas, os problemas da mesma e monitor. Após explicações, segundo a ata, os pais aceitaram a situação e entenderam a remoção dos alunos para Alagadiço (sendo escolhido pelos mesmos), devido ao baixo número de alunos em turmas multisseriada e não compatível com a legalidade, e assim, não tendo condições de funcionamento. Consta no CME pedido formal de ação ou abaixo- assinado da comunidade de Morro Redondo.

### 2.3- alegações do órgão gestor educacional (SEMEC/ Seabra)-

Ao que se refere à justificativa da SEMEC para a cessão definitiva das atividades escolar na referida comunidade, a SEMEC elenca o descumprimento da resolução nº 02/ 2008 CEB/CNE no disposto a mistura de ciclos, o baixo rendimento acadêmicos das classes multisseriadas do município, dificuldades de gerência pedagógica ante a necessidade de aprendizagens diversas, garantia da qualidade e condições de funcionamento, direito inalienável de aprendizagem da criança que se encontrava em partes violados em séries agrupadas, número insuficiente de alunos, direito do ente público em se reorganizar e a necessidade de contratação de pessoal para estes locais, que comprometem o limite prudencial bem como na falta de recursos para investimentos em qualificação da rede. Como benefícios pós reordenamento, a SEMEC justifica a melhor qualidade pedagógica e condições de aprendizagem em série agrupada por etapa e ano, de acordo com a legislação vigente.

### 2.3- Números de alunos, rendimento pedagógico e seriação-

Quanto ao número de alunos e seriação, ao que consta nos documentos enviados pela SEMEC ao CME, a escola Angico, contava com 11 alunos multisseriados, funcionando em um turno, sendo turnos 05 alunos de educação infantil, 04 de 1º e 04 do 2º ano. Em termos, em total desacordo sobre possíveis misturas de turmas e Educação Infantil, segundo os preceitos das

legislações/ normas/ recomendações vigentes que veda a mistura de ciclos. A escola recebia alunos das duas comunidades, Angico e Morro Redondo.

Quanto ao rendimento pedagógico, a referida escola, em educação infantil, como não existe reprovação, tinha fluxo de aprovação em 100%. Quanto ao rendimento pedagógico, ao que concerne as crianças de 4 anos, os dados do exercício de 2018, diagnóstico final realizado apontam que todos os discentes escreviam nome e sobrenome, de forma reconhecível, cerca de 80% apresentava conhecimento do sistema de escrita em ditado de palavras (oscilando entre escrita alfabética e hipótese silábico-alfabética. Quanto ao uso de letras, quase todos já usavam repertório amplo).

Ao que se refere aos discentes de 5 anos, os dados são idênticos, apenas com mais alunos no nível alfabético (60% alfabético, 40% em hipótese silábico alfabético). Quanto a Segmentação do texto em palavras, 40% realizava segmentação convencional, e os outros 60% usava hipersegmentação e/ou hiposegmentação.

Ao que concerne os alunos de 1º e 2º ano, o diagnóstico final de 2018 aponta que todos discentes escreviam nome e sobrenome de forma reconhecível, todos apresentavam conhecimento do sistema de escrita em ditado de palavras, em escrita alfabética. Quanto ao uso de letras, todos já usavam repertório amplo. Quanto a Segmentação do texto em palavras, 50 % realizava segmentação convencional, outros 50% não segmentava usavam hipersegmentação e/ou hiposegmentação. Outros dados, especialmente de diagnóstico de escrita, apontam fraco e preocupante desempenho dos estudantes.

Ao que concerne à escola de Morro Redondo, esta funcionava com multisseriada 3º e 4º ano (de ciclos diferentes, porém, vedado) recebendo alunos das duas comunidades. O diagnóstico final de 2018 aponta que todos discentes escreviam nome e sobrenome de forma reconhecível, todos apresentavam conhecimento do sistema de escrita em ditado de palavras, em escrita alfabética, todos usavam repertório amplo, segmentavam de forma convencional e com autonomia, usavam maiúsculas e minúsculas adequadamente, e apresentavam bons índices quanto à leitura e

compreensão, reconhecimento de usos de sinais gráficos e marcadores textuais, bem como inferência. Segundo os diagnósticos de leitura, escrita e matemática, as turmas de 3º e 4º ano não apresentavam fragilidades aparentes.

Quanto aos números e local de funcionamento, segundo organização enviada pela coordenação, aponta discrepância entre os dados enviados pela SEMEC, e pela mesma. Dados apontam que o 3º ano tinha apenas 02 alunos e o 4º ano 04 alunos, enquanto que para SEMEC era 04 de cada turma. Quanto ao funcionamento, os dados enviados pela coordenação aponta que o 2º funcionava em Morro redondo, portanto multisseriação de 2º, 3º e 4º, e pela SEMEC o 2º ano funcionava em Angico.

#### 2.4- Ações do CME (Geral)-

Com o fechamento de muitas escolas rurais de maneira abrupta, muitas comunidades procuraram o CME, bem como o Ministério Público em busca de soluções para a demanda. Ao procurarem o CME, muitas comunidades o fizeram via ofício e/ou abaixo-assinados, queixando da maneira como a gestão de educação do município procedeu, bem como não terem seguido os trâmites necessários ou ter no dia da reunião que a SEMEC fez com a comunidade a presença do CME. Constatados os fatos, o CME procedeu a uma representação junto ao MP sob ofício 005/2019, protocolado em 18 de fevereiro de 2019. Tempos depois, em treze (13) de março do corrente ano, houve uma reunião entre MP, CME e representantes das comunidades envolvidas, onde o CME e as comunidades deram maiores esclarecimentos ao MP sobre o fechamento das escolas e as ações da SEMEC durante as reuniões com as comunidades para o fechamento.

#### 2.5- Reunião CME com a comunidade pós-fechamento.

No dia seis de junho do ano de dois mil e dezenove reuniram se a comunidade de Angico na Professor Sá Teles, com o CME, as 8:30, e as 10:30, houve a reunião do CME na escola Professor Sá Teles em Morro Redondo. As reuniões tinham o intuito de ouvir as comunidades sobre o processo de fechamento e para que as mesmas apresentasse suas queixas, alegações e pleitos.

Angico- Aos seis dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove reuniram se alguns moradores da comunidade de Angico com o Conselho Municipal de Educação para discutirem sobre o fechamento da escola Municipal de Angico, que funcionava com turma multisseriada. Atualmente os alunos são transferidos para a comunidade de Alagadiço que fica a 13 Km, há também a possibilidade de serem transferidos para a escola de Palmeiras dos Mendes que fica a aproximadamente 13 Km, mas a comunidade opta pelo Alagadiço, desde que arrume a estrada. A comunidade cita que em fevereiro a secretaria de educação marcou uma reunião para informar o fechamento da escola pois não tinha alunos suficientes, que eram 13 alunos de educação infantil e 1º Ano juntando com os alunos do Morro Redondo e que os alunos do 3º e 4º Ano eram transportados para o Morro Redondo. Dizem que atualmente o transporte utilizado para transportar os alunos para o Alagadiço é uma Van e tem uma monitora, e que aparenta ser de boa qualidade, porem não utilizam o cinto de segurança. Uma avó alega que não matriculou o filho de quatro anos porque é transportado, que se fosse na própria comunidade faria a matrícula. A representante SEMEC cita também o desempenho pedagógico ruim das turmas multisseriadas. Uma mãe cita que percebeu avanço na aprendizagem do filho, que antes não lia e agora já está lendo. A comunidade também cita que o professor anterior era contratado porem um excelente alfabetizador. Questionados que havendo a possibilidade de retornar os alunos para essa escola o que pensa a comunidade, citam que é melhor continuar como está porque as crianças estão em turmas seriadas e a aprendizagem fica garantida.

Morro Redondo- no mesmo dia, por volta das 10:30, houve a reunião CME/ comunidade na localidade. Pais citam que funcionava no ano anterior com uma turma de 3º e 4º Ano com 13 alunos juntando com a comunidade vizinha do Angico e que no mês de fevereiro aconteceu uma reunião com os representantes da Secretaria de educação e a comunidade para informar do fechamento da escola alegando a falta de alunos. Citam que mesmo juntando alunos da educação infantil com o fundamental, o que é ilegal, não somaria número suficiente para o funcionamento da escola Professor Sá Teles. Que da comunidade até o Alagadiço, local para onde os alunos foram transferidos são aproximadamente 16 KM. Que também foi ofertado o transporte para a

comunidade de Palmeira dos Mendes, que fica a 09 Km, o que não foi aceito por conta do perigo ao atravessar a BR, propuseram também a ida para o Baixão Velho que também é quilombola, mas para tanto era necessário consertar a estrada. Ao ser questionado sobre o transporte, os alunos até o 3º ano vão de Van até o Alagadiço, que tem um problema na porta que só abre por fora e que o motorista tem que descer do carro para abrir a porta. Que antes havia uma Van que quebrava muito e após solicitação da comunidade foi substituída. Que não sabem informar se tem cinto de segurança. Foram orientados a solicitar do motorista e da monitora do transporte a obrigatoriedade do mesmo. Dizem ainda que atualmente funciona uma turma de EJA na escola. Ao ser questionados sobre a aprendizagem dos alunos ao ser mudado de escola não percebem mudança na aprendizagem, entendem que mesmo estudando em turma multisseriada, aprendiam melhor estudando na comunidade, pois chegam muito cansados. Que o grande problema do fechamento da escola é a distância que os alunos percorrem. Elogiam muito o professor anterior que conseguia desenvolver um bom trabalho, e que solicitaram a manutenção do mesmo professor e que não foram atendidos pela atual direção e isso dificultou a adaptação dos alunos à nova escola. Ao ser questionado se preferem continuar como está, os alunos em sala seriada ou continuar com multisseriadas o que preferem, uma mãe diz que prefere que a escola continue na comunidade ainda que multisseriada, pois se preocupa com a distância percorrida. Os demais compartilham da ideia.

#### 2.6- Condições gerais estruturais da nova escola-

A escola para a qual os alunos foram removidos, a Joaquim Felipe, uma das sedes do núcleo Alagadiço/ Baixãozinho, está em condições estruturais boas, possui salas amplas, piso em cerâmica, banheiros, cantina, telhado em estado razoável, pintura interna e externa razoável, espaço interno coberto para recreação, festejos, reuniões e recebimento de lanche. Está muito bem cuidada e preservada. A escola está localizada na praça da vila de Alagadiço, á direita da igreja local.

Como todas as escolas do município, precisa de algumas reformas e melhorias, mas nada que impeça seu bom funcionamento como está.

2.7- Aporte do município- (transporte, condições gerais do deslocamento- distância condições da estrada) –

Para transportar os alunos oriundos das escolas fechadas são usado duas VANs, porém as comunidades não sabem se tem ou não cinto de segurança- foram orientados a verificarem, bem como exigirem o equipamento caso não tenha, bem como a orientar seus filhos a usarem e pedir aos monitores que estejam atentos a tal-, e que descem dois monitores acompanhando os alunos, um em cada turno. Segundo alguns pais, os veículos estão em estado relativo de conservação, com pneus bons, tacógrafo, estofados bons, e apontam como único inconveniente, em uma das VANs, que a porta lateral só se abre por fora, que o motorista tem que sair e abrir a porta, o que segundo eles, atrasa bastante o deslocamento. Como boa parte dos veículos alugados que servem a frota escolar, o mesmo está sem as identificações legais. As condições gerais das estradas até as escolas para quais os alunos foram realocados estão boas, somente com alguns trechos ruins, o que não impede a fluidez do trafego ou provoca maiores atrasos. A distância entre Angico ao Alagadiço é em torno de 13 km, e de Morro redondo ao Alagadiço em torno de 17 km.

2.8- Dados pedagógicos da nova escola e seriação-

Na nova escola, Joaquim Felipe, todos os alunos estão seriados.

Quanto ao rendimento pedagógico da escola de Alagadiço, como é de se esperara devido aos aspectos legais, os alunos de educação infantil tem seu fluxo de aprovação em 100%. Os alunos de 1º, 2º e 3º ano também têm os mesmos dados de fluxo de aprovação. O 4º ano apresentou fluxo de reprovação de próximo de 4% e o 5º ano próximo de 18 %, muito alto.

Quanto aos dados de diagnósticos, reais para termos ideia dos avanços dos discentes, estes se mostram dados idênticos, levemente melhores que os de Morro Redondo, principalmente em escrita alfabética, segmentação com autonomia, uso de maiúsculas e minúsculas adequadamente, leitura e compreensão, reconhecimento de usos de sinais gráficos e marcadores textuais e inferência.



## FUNDAMENTAÇÃO

Segundo Serenna e seu artigo “Leis que regem o sistema Educacional Brasileiro” publicado no site Jusbrasil

“são diversas as Leis que regem o sistema educacional no Brasil, a começar pela Constituição Federal de 1988, a Carta Magna do país, que destina à educação todo um capítulo, sendo este composto por 10 artigos repletos de princípios. Mas é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) que regulamenta o sistema educacional brasileiro, tanto público quanto privado. Hoje, nossa LDB é a Lei nº. 9394, sancionada em dezembro de 1996, mas vale dizer que existiram outras LDBs ao longo da história do país, o que veremos a seguir.

Outras leis importantes para a Educação brasileira que podemos citar são: Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8069/90; Lei nº 10.098/94 que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências; Lei nº 10.436 de 2002 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais, Lei nº 7.853 de 1989 sobre apoio às pessoas portadoras de deficiência, Lei 10.172 de 2001, conhecida como Plano Nacional de Educação, consoante art. 9º inciso I da LDB e Lei 9131 de 1995 que criou o Conselho Nacional de Educação (CNE), órgão responsável por auxiliar o Ministério da Educação na formulação e avaliação da política nacional de educação; entre outras.”

Ainda podemos nos referendar em várias resoluções, normativas e pareceres CNE/MEC, CEE-Bahia, leis complementares do municipal e outros, tal como as leis, resoluções e normativas do CTRB, já que boa parte dos alunos da rede municipal utiliza transporte público escolar municipal para chegar às escolas.

### 3.1- Da instituição do Sistema Municipal de Ensino e do Conselho Municipal de Educação-

O Conselho Municipal de Educação foi instituído pela Lei nº 556/2016 e 557/2016, nas quais respectivamente, reorganiza o Sistema Municipal de Educação e Cria o Conselho Municipal de Educação. Nesse sentido, tais leis encontram-se fundamentadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, 9394/96 no artigo 11, parágrafo único que cita: “Os municípios poderão optar, ainda, por se integrar ao sistema estadual de ensino ou compor com ele um

sistema único de educação básica”. Vale salientar que o Conselho Municipal de Educação tem funções normativa, deliberativa, propositiva, consultiva, fiscalizadora e mobilizadora.

### 3.2- Dos direitos e garantias do educando

Sabe se “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (CF art. 205). Sendo que ao estado cabe seu financiamento, normatizações e zelo das garantias do resguardo do direito e da qualidade. Ainda a CF, em seu art. 6º reza que:

Art. 6º- São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação dada pela EC n. 90/2015)

A Constituição Federal em seu capítulo III- “da Educação, da Cultura e do Desporto”, entre seus art. 205 a 208, a LDB art. 2º, 3º e 4º e o ECA em seu art. 4º dizem sobre o dever do estado para com a educação, a igualdade de condições para os educandos, a liberdade de ensinar e aprender e a garantia dos padrões de qualidade. O estado e seus entes federados, os gestores públicos e os que fazem a educação acontecer, além da sociedade como um todo - a quem cabe promover, incentivar e colaborar para a realização desse direito- têm o dever de se fazer cumprir a lei. É possível oferecer igualdade de condições, liberdade de aprendizagem e as garantias dos padrões de qualidade em escolas em péssimas condições e em turmas multisseriadas?

Se levar em conta igualdade de condições e padrões de qualidade, ao pensarmos somente no tempo pedagógico, que o educando tem direito a 200 dias letivos distribuídos em 4 horas por dias, em turmas multisseriadas estes direitos não estariam sendo resguardado. Impossível assistir a todos os alunos em situação de aprendizagem monitorada neste tipo de turma/ seriação.

Para além do direito a educação, visando garantir a o real acesso e a qualidade, a LDB em seu art. 4º, incisos VIII e IX preconiza:

VIII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

IX - padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

Ainda dos direitos dos educando, a ECA, ART. 53, inciso V, ressalta:

**ART. 53º-** A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

...

V – acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Nestes termos, compreende-se que as leis vigentes do país asseguram aos discentes, em especial os que discutimos aqui os da escola supracitada, direito à educação de qualidade, programas suplementares que assegure-lhes o cumprimento e qualidade do direito, e de preferência, próximo a sua residência. Em seus artigos, de 53º a 58º, além dos direitos e garantias, a ECA também cita os valores culturais ao qual o discente encontra-se inserido. Senão, vejamos:

**ART. 58º-** No processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade da criação e o acesso às fontes de cultura.

### 3.3- Do direito de reorganização da rede e dos deveres do ente público

Entende-se também, que os entes federados têm o direito de se organizar e reorganizar, visando a melhoria de seu aparato e ao bom cumprimento dos dispositivos constitucionais para garantir e resguardar os direitos coletivos e ou suas demandas logísticas e orçamentárias. Estes estão amparados pelo CF e LDB Lei 9394/96. Especificamente, nestes termos a LDB:

Art. 8º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino.

§ 1º Caberá à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação as demais instâncias educacionais.

§ 2º Os sistemas de ensino terão liberdade de organização nos termos desta Lei.

...

Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de:

1. Organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados;
2. Exercer ação redistributiva em relação às suas escolas; 3.baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;
4. Autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino;
5. Oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal a manutenção e desenvolvimento do ensino.

Parágrafo único. Os Municípios poderão optar, ainda, por se integrar ao sistema estadual de ensino ou compor com ele um sistema único de educação básica.

Pelo exposto, é resguardado ao ente público, o direito de se organizar e reorganizar, para que o mesmo crie as condições de cumprir o que a lei determina.

#### 3.4- Da definição de escola rural, das escolas rurais (e seu fechamento)

Entende-se por escola rural, segundo o Decreto 7.352, de 04 de Novembro de 2010, escolas situadas na zona rural, assim determinado pelo IBGE, ou em área urbana, desde que atenda predominantemente alunos oriundos da zona rural.

A CEB/CNE/MEC nº 2, de 28 de abril de 2008 que estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo, explicita sobre o que é educação do campo:

Art. 1º A Educação do Campo compreende a Educação Básica em suas etapas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional Técnica de nível médio integrada com o Ensino Médio e destina-se ao atendimento às populações rurais em suas mais variadas formas de produção da vida - agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros.

§ 1º A Educação do Campo, de responsabilidade dos Entes Federados, que deverão estabelecer formas de colaboração em seu planejamento e execução, terá como objetivos a universalização do acesso, da permanência e do sucesso escolar com qualidade em todo o nível da Educação Básica.

§ 2º A Educação do Campo será regulamentada e oferecida pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, nos respectivos âmbitos de atuação prioritária.

§ 3º A Educação do Campo será desenvolvida, preferentemente, pelo ensino regular.

Em um país em que ainda estamos muito aquém dos índices ideais de escolarização e desenvolvimento social, e entende-se que estes interlaçam e se completam, seria antagônico se pensar em fechamento de escolas, ainda mais as de zona rural, em que tivemos séculos de direitos reprimidos de seus habitantes, seja por suas origens, seja pela negação de seus direitos e discriminação. No entanto, caso o encerramento das atividades visem a melhoria da oferta de ensino e ao resguardo dos direitos preconizado em lei, este não é vedado aos entes públicos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação –LDB- 9394/96, alterada pela Lei nº 12.960, de 27 de março de 2014, dispõe:

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua

adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III – adequação à natureza do trabalho na zona rural.

**Parágrafo único.** O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar.

No entanto, a resolução CEB/CNE/MEC nº 2, de 28 de abril de 2008, estabelece:

Art. 3º A Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental serão sempre oferecidos nas próprias comunidades rurais, evitando-se os processos de nucleação de escolas e de deslocamento das crianças.

§ 1º Os cinco anos iniciais do Ensino Fundamental, excepcionalmente, poderão ser oferecidos em escolas nucleadas, com deslocamento intracampo dos alunos, cabendo aos sistemas estaduais e municipais estabelecer o tempo máximo dos alunos em deslocamento a partir de suas realidades.

§ 2º Em nenhuma hipótese serão agrupadas em uma mesma turma crianças de Educação Infantil com crianças do Ensino Fundamental.

Art. 4º Quando os anos iniciais do Ensino Fundamental não puderem ser oferecidos nas próprias comunidades das crianças, a nucleação rural levará em conta a participação das comunidades interessadas na definição do local, bem como as possibilidades de percurso a pé pelos alunos na menor distância a ser percorrida.

Parágrafo único. Quando se fizer necessária a adoção do transporte escolar, devem ser considerados o menor tempo possível no percurso residência-escola e a garantia de transporte das crianças do campo para o campo.

Pelo exposto, é vedado o deslocamento de discentes da educação infantil, e posto em caso excepcional o possível deslocamento de alunos do F1. Veda também a junção de educação infantil com qualquer outro ciclo.

Ainda no tocante a resolução supracitada, o art.2º reza:

Art. 2º Os sistemas de ensino adotarão medidas que assegurem o cumprimento do artigo 6º da Resolução CNE/CEB nº 1/2002, quanto aos deveres dos Poderes Públicos na oferta de Educação Básica às comunidades rurais.

Parágrafo único. A garantia a que se refere o caput, sempre que necessário e adequado à melhoria da qualidade do ensino, deverá ser feita em regime de colaboração entre os Estados e seus Municípios ou mediante consórcios municipais.

Examinemos, pois, o que relata o artigo 6º da Resolução CNE/CEB nº 1/2002, quanto aos deveres dos Poderes Públicos na oferta de Educação Básica às comunidades rurais:

Art. 6º O Poder Público, no cumprimento das suas responsabilidades com o atendimento escolar e à luz da diretriz legal do regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, proporcionará Educação Infantil e Ensino Fundamental nas comunidades rurais, inclusive para aqueles que não o concluíram na idade prevista, cabendo em especial aos Estados garantir as condições necessárias para o acesso ao Ensino Médio e à Educação Profissional de Nível Técnico.

Ainda em seu art. 1º, § 2º, a resolução CEB/CNE/MEC nº 2, de 28 de abril de 2008, expõe que “A Educação do Campo será regulamentada e oferecida pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, nos respectivos âmbitos de atuação prioritária.”

Pelo exposto, examinemos que a LDB em seu art. 28º, paragrafo único, diz que em casos especiais escolas podem ser fechadas e que cabe ao órgão normativo do respectivo sistema, neste caso o CME/ Seabra-Ba, considerar as justificativas apresentadas pela secretaria de educação, bem como os impactos da ação. No entanto, a resolução CEB/CNE/MEC nº 2 por sua vez veda tal possibilidade, porém em seu art.1º, tal qual supracitado acima, resguarda o direito do ente em se organizar.

### 3.5- Do número de alunos por turma e funcionamento

Inexistem leis federais específicas sobre quantitativo mínimo de alunos por turma, por outro lado, existem normativas quanto ao número máximo. Muitos

entes federados organizam suas redes e estabelecem número mínimo tendo por base a equação financiamento versus investimentos de manutenção para funcionamento. Nestes termos, levado se em conta valor aluno, investimentos com professor e agentes de apoio, muitos estabelecem o quantitativo mínimo de 15 discentes para compor uma classe, dependendo ainda dos níveis (creche, educação infantil, Fundamental 1 e fundamental 2). O fato dos entes federados estabelecer seus quantitativos está referendado no art. 25 da Lei nº 9.394/96 LDB que, preconiza:

Art. 25. Será objetivo permanente das autoridades responsáveis alcançar relação adequada entre o número de alunos e o professor, a carga horária e as condições materiais do estabelecimento.

Parágrafo único. Cabe ao respectivo sistema de ensino, à vista das condições disponíveis e das características regionais e locais, estabelecer parâmetro para atendimento do disposto neste artigo.

Por seu turno, o art. 24, inciso IX, e §3º, da Constituição da República preceituam que:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

IX - educação, cultura, ensino e desporto;

§ 3º - Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

Quanto aos números máximos, a Resolução CEE/BA Nº 26 de 13/05/2016, estabelece:

Art. 21 - A instituição de ensino deverá observar, no seu PPP, os seguintes limites máximos de vagas por turma:

I - em Educação Infantil:

- a) 15 crianças em creche, por professor, com um auxiliar;
- b) 20 estudantes na pré-escola.

II - no Ensino Fundamental:

- a) 25 alunos no 1º, 2º e 3º anos;
- b) 30 alunos no 4º e 5º anos;
- c) 35 alunos do 6º ao 9º ano.

Ainda sobre o tema, o município em seu direito constitucional de se organizar e estabelecer suas normas complementares e diretrizes, em sua portaria de



matrícula 2019, que estabelece as normas gerais e procedimentos para a matrícula, também diz sobre os números mínimos e máximos de alunos por turma, relatando ainda seus fundamentos legais:

Art. 11 – Fica definido que o número de educando (a) por classe deverá respeitar os limites estabelecidos no quadro abaixo, atentando para a capacidade física de cada sala de aula, em consonância com o Parecer CNE/CEB nº09, de 02 de abril de 2009, página 19/20.

MODALIDADE DE ENSINO/SÉRIE	Nº DE ALUNOS		OBSERVAÇÃO
	Min.	Max	
Creche: Grupo 01	8	10	Observar a equivalência de nº de crianças por adulto, conforme Parecer CNE/CEB nº 09/2009, de 02 de Abril de 2009. Recomenda-se de 06 a 08 crianças por professor (no caso de crianças de zero a um ano), 15 crianças por professor (no caso de crianças de dois e três anos). Respeitando o espaço da sala de aula.
Creche: Grupo 02	10	16	
Creche: Grupo 03	10	18	
Pré-escola: 04 e 05 anos	15	20	Recomenda se 20 crianças por professor (nos agrupamentos de crianças de quatro e cinco anos)
1º ano: Ens. Fund. 09 Anos	15	20	
2º e 3º Ano	15	25	Cada turma poderá receber até três alunos com necessidades educativas especiais diversas, devidamente diagnosticados.
Classe Multisseriada I	15	20	
4º Ano e 5º Ano	18	25	Caso este quantitativo seja superior a três alunos com NEE devidamente diagnosticado, haverá na turma, um auxiliar de ensino.
Classe Multisseriada II	15	20	
6º e 7º Ano	25	30	
8º e 9º Ano	26	32	
EJA	15	25	

§ 1º - Para as escolas localizadas no campo, o número de alunos por sala será analisado pela Secretaria Municipal de Educação, que levará em consideração aspectos da legislação e da estrutura das unidades de ensino;

Especificamente da escola fechada, não fora enviado ao CME nenhum documento de estudos sobre análise de número de alunos, aspectos legais e da estrutura.

Fica cristalino, mais uma vez, por entendimento dos parâmetros legais, que a gestão do ensino público tem prerrogativas legais de buscar sua organização interna, inclusive no quantitativo de alunos e na relação número de alunos por professor. Em dúvidas, vejamos:

Art. 25. Será objetivo permanente das autoridades responsáveis alcançar relação adequada entre o número de alunos e o professor, a carga horária e as condições materiais do estabelecimento.

Parágrafo único. Cabe ao respectivo sistema de ensino, à vista das condições disponíveis e das características regionais e locais, estabelecer parâmetro para atendimento do disposto neste artigo.

### 3.6- da participação da comunidade.

A resolução CNE/CEB nº 2 de 28 de abril de 2008, artigos 3º e 4º, dizem também que comunidade deve participar na definição do local e das possibilidades. Que o processo de nucleação não pode ser feito sem o pronunciamento da comunidade envolvida. Vejamos:

Art. 3º A Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental serão sempre oferecidos nas próprias comunidades rurais, evitando-se os processos de nucleação de escolas e de deslocamento das crianças.

§ 1º Os cinco anos iniciais do Ensino Fundamental, excepcionalmente, poderão ser oferecidos em escolas nucleadas, com deslocamento intracampo dos alunos, cabendo aos sistemas estaduais e municipais estabelecer o tempo máximo dos alunos em deslocamento a partir de suas realidades. (CNE/CEB resolução nº 2 de 28 de abril de 2008)

Art. 4º Quando os anos iniciais do Ensino Fundamental não puderem ser oferecidos nas próprias comunidades das crianças, a nucleação rural levará em conta a participação das comunidades interessadas na definição do local, bem como as possibilidades de percurso a pé pelos alunos na menor distância a ser percorrida.

Parágrafo único. Quando se fizer necessária a adoção do transporte escolar, devem ser considerados o menor tempo possível no percurso residência-escola e a garantia de transporte das crianças do campo para o campo.

Como registrado em ata, tal que referido nos itens 2.2 e 2.5 do Histórico, quando da reunião da comunidade com gestão local e SEMEC, e posteriormente com o CME e comunidade, fora resguardado o direito de manifestação da comunidade e oferecido opções de escolha- CME também questionou sobre a opção da escola Artur Alves, em Palmeira dos Mendes,

visto que é mais próximo, principalmente de Morro Redondo, e as estradas são melhores-. Quando da visita do CME, as comunidades não se mostravam mais resistentes à mudança, apesar de mostrar o desejo explícito do retorno das crianças á escola local- principalmente Angico-. As comunidades entendem que o baixo número de alunos e turmas multisseriadas é um grande empecilho, bem como reflete na baixa aprendizagem dos discentes. Vale salientar que a escola não fora fechada, funciona com EJAI no noturno em Morro Redondo.

### 3.7- Da legislação específica quanto às comunidades e educação quilombola

Além da LDB e demais leis educacionais, a educação quilombola está regida sob a resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012 que define diretrizes curriculares nacionais para a educação escolar quilombola na educação básica. Esta resolução está baseada nas declarações e/ou convenções internacionais; A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais, A Convenção sobre os Direitos da Criança, A Declaração e o Programa de Ação da Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, A Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, A Convenção Relativa à Luta Contra a Discriminação no Campo do Ensino, A Declaração Universal dos Direitos Humanos, A Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial; nas leis nº 9.394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Leis nº10.639/2003 e nº11.645/2008, e a Resolução CNE/CP nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 3/2004; A Lei nº12.288/2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial; A Lei nº11.494/2007, que regulamenta o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB); A Lei nº 11.346/2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada; A Lei nº8.069/90, que institui o Estatuto da Criança, e diversos decretos e resoluções CNE/CEB, além das deliberações da I Conferência Nacional de Educação Básica (CONEB, 2008) e da Conferência Nacional da Educação Básica (CONAE, 2010).

Quanto à definição de quilombola, o art. 3º define:

Art. 3º Entende-se por quilombos:

I -os grupos étnico-raciais definidos por auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica;

II -comunidades rurais e urbanas que:

a) lutam historicamente pelo direito à terra e ao território o qual diz respeito não somente à propriedade da terra, mas a todos os elementos que fazem parte de seus usos, costumes e tradições;

b) possuem os recursos ambientais necessários à sua manutenção e às reminiscências históricas que permitam perpetuar sua memória.

O município de Seabra tem as seguintes comunidades reconhecidamente quilombolas: Morro redondo, Agreste, Capão das gamelas, Vão das palmeiras, Mucambo da Cachoeira, Serra do Queimadão, Vazante, Cachoeira, Lagoa do Baixio, Olhos D'água do Basílio e Baixão Velho. Vale ressaltar que o reconhecimento de uma comunidade quilombola como tal é um processo lento.

Concernente aos princípios e diretrizes da educação quilombola, o art. 1º estabelece:

Art. 1º Ficam estabelecidas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, na forma desta Resolução.

§ 1º A Educação Escolar Quilombola na Educação Básica:

I -organiza precipuamente o ensino ministrado nas instituições educacionais fundamentando-se, informando-se e alimentando-se:

a) da memória coletiva;

b) das línguas reminiscentes;

c) dos marcos civilizatórios;

d) das práticas culturais;

e) das tecnologias e formas de produção do trabalho;

f) dos acervos e repertórios orais;

g) dos festejos, usos, tradições e demais elementos que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo o país;

h) da territorialidade.

II -compreende a Educação Básica em suas etapas e modalidades, a saber: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação do Campo, Educação Especial, Educação Profissional Técnica de Nível Médio, Educação de Jovens e Adultos, inclusive na Educação a Distância;

III -destina-se ao atendimento das populações quilombolas rurais e urbanas em suas mais variadas formas de produção cultural, social, política e econômica;

IV -deve ser ofertada por estabelecimentos de ensino localizados em comunidades reconhecidas pelos órgãos públicos responsáveis como quilombolas, rurais e urbanas, bem como por estabelecimentos de ensino próximos a essas comunidades e que recebem parte significativa dos estudantes oriundos dos territórios quilombolas;

V -deve garantir aos estudantes o direito de se apropriar dos conhecimentos tradicionais e das suas formas de produção de modo a contribuir para o seu reconhecimento, valorização e continuidade;

VI -deve ser implementada como política pública educacional e estabelecer interface com a política já existente para os povos do campo e indígenas, reconhecidos os seus pontos de intersecção política, histórica, social, educacional e econômica, sem perder a especificidade.

Entende-se que tais garantias não são apenas para resguardar o direito da comunidade, garantir políticas públicas afirmativas e reparatórias, tão quanto para manter suas origens indenitárias, memórias e tradições.

Quanto ao que compreende escolas quilombolas, o art. 9º:

Art. 9º A Educação Escolar Quilombola compreende:

I -escolas quilombolas;

II -escolas que atendem estudantes oriundos de territórios quilombolas.

Parágrafo Único Entende-se por escola quilombola aquela localizada em território quilombola.

Ao que se refere às garantias de direito educacional às comunidades quilombolas, a estrutura física, as condições de acessibilidade, ao currículo, a formação de professores, ao projeto político pedagógico que atenda as necessidades e respeite as origens quilombola, o art. 8º preconiza:

Art. 8º Os princípios da Educação Escolar Quilombola deverão ser garantidos por meio das seguintes ações:

I -construção de escolas públicas em territórios quilombolas, por parte do poder público, sem prejuízo da ação de ONG e outras instituições comunitárias;

II -adequação da estrutura física das escolas ao contexto quilombola, considerando os aspectos ambientais, econômicos e sócio educacionais de cada quilombo;

III -garantia de condições de acessibilidade nas escolas;

IV -presença preferencial de professores e gestores quilombolas nas escolas quilombolas e nas escolas que recebem estudantes oriundos de territórios quilombolas;

V -garantia de formação inicial e continuada para os docentes para atuação na Educação Escolar Quilombola;

VI -garantia do protagonismo dos estudantes quilombolas nos processos político-pedagógicos em todas as etapas e modalidades;

VII -implementação de um currículo escolar aberto, flexível e de caráter interdisciplinar, elaborado de modo a articular o conhecimento escolar e os conhecimentos construídos pelas comunidades quilombolas;

VIII -implementação de um projeto político-pedagógico que considere as especificidades históricas, culturais, sociais, políticas, econômicas e identitárias das comunidades quilombolas;

IX -efetivação da gestão democrática da escola com a participação das comunidades quilombolas e suas lideranças;

X -garantia de alimentação escolar voltada para as especificidades socioculturais das comunidades quilombolas;

XI -inserção da realidade quilombola em todo o material didático e de apoio pedagógico produzido em articulação com a comunidade, sistemas de ensino e instituições de Educação Superior;

XII -garantia do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei nº9394/96, com a redação dada pelas Leis nº 10.639/2003 e nº11.645/2008, e na Resolução CNE/CP nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 3/2004;

XIII -efetivação de uma educação escolar voltada para o etnodesenvolvimento e para o desenvolvimento sustentável das comunidades quilombolas;

XIV -realização de processo educativo escolar que respeite as tradições e o patrimônio cultural dos povos quilombolas;

XV -garantia da participação dos quilombolas por meio de suas representações próprias em todos os órgãos e espaços deliberativos, consultivos e de monitoramento da política pública e demais temas de seu interesse imediato, conforme reza a Convenção 169 da OIT;

XVI -articulação da Educação Escolar Quilombola com as demais políticas públicas relacionadas aos direitos dos povos e comunidades tradicionais nas diferentes esferas de governo.

No que concerne à organização da educação básica quilombola, a seriação, alternância, grupos não seriados, o art. 10 reza:

Art. 10 A organização da Educação Escolar Quilombola, em cada etapa da Educação Básica, poderá assumir variadas formas, de acordo com o art. 23 da LDB, tais como:

I -séries anuais;

II -períodos semestrais;

III -ciclos;

IV -alternância regular de períodos de estudos com tempos e espaços específicos;

V -grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

No tocante a educação infantil, suas prioridades, especificidades e obrigações, o art.15º prescreve:

Art. 15 A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, na qual se privilegiam práticas de cuidar e educar, é um direito das crianças dos povos quilombolas e obrigação de oferta pelo poder público para as crianças de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos, que deve ser garantida e realizada mediante o respeito às formas específicas de viver a infância, a identidade étnico-racial e as vivências socioculturais.

§ 2º Na oferta da Educação Infantil na Educação Escolar Quilombola deverá ser garantido à criança o direito a permanecer com o seu grupo familiar e comunitário de referência, evitando-se o seu deslocamento.

Fica claro mais uma vez que a educação infantil deve prioritariamente ser ofertada próximo ao seio familiar, evitando deslocamento dos infantes de sua comunidade.

Vale aqui ainda salientar que a comunidade de Angico, apesar de quilombola, não é ainda reconhecida, tampouco está com processo de reconhecimento e/ou requerimento em andamento.

#### MÉRITO

Para o reordenamento de rede, fechamento de escolas ou mesmo cessão temporária das atividades, requer que o órgão gestor da educação, a secretaria municipal de educação e cultura, cumpra os seguintes requisitos legais:

- A) Manifestação do órgão normativo do respectivo sistema;
- B) Justificativa da Secretaria de Educação;
- C) Análise do diagnóstico do impacto da ação (impacto pedagógico e financeiro)
- D) Manifestação da comunidade escolar
- E) Apresentação dos atos de relocação dos servidores
- F) Disponibilização de transporte público, quando este se fizer necessário, que atendam aos requisitos legais do Código nacional de Transito e normas de transporte de estudantes.

A e D) É fato que as ações da SEMEC foram intempestivas e não seguiu o rito em todas as suas etapas e muito menos fora precedido de manifestação do órgão normativo, o CME. Tal fato gerou objeto de reclamação da comunidade escolar. Em via de regra, visitas às comunidades que versem sobre mudanças estruturais, precisam ser realizadas em conjunto com o órgão normativo do sistema. A secretaria descumpriu este ato primordial de legitimidade de seus atos. O não cumprimento do item **A**, e o não acompanhamento pelo Conselho Municipal de Educação das reuniões promovidas pela Secretaria Municipal de educação e Cultura para manifestação da comunidade, também põe sobre suspeição o item **D**- Manifestação da comunidade escolar-, posteriormente, com a visita técnica do CME á comunidade, a mesma reiterou os fatos narrados em ata registrada pela SEMEC, derrubando, pois, a suspeição.



B) Ao que se refere à justificativa da SEMEC para a cessão definitiva das atividades escolar na referida comunidade, a SEMEC elenca o descumprimento da resolução nº 02/ 2008 CEB/CNE no disposto a mistura de ciclos, o baixo rendimento acadêmico das classes multisseriadas do município, dificuldades de gerência pedagógica ante a necessidade de aprendizagens diversas, garantia da qualidade e condições de funcionamento, direito inalienável de aprendizagem da criança que se encontrava em partes violados em séries agrupadas, número insuficiente de alunos, direito do ente público em se reorganizar e a necessidade de contratação de pessoal para estes locais, que comprometem o limite prudencial bem como na falta de recursos para investimentos em qualificação da rede. Como benefícios pós reordenamento, a SEMEC justifica a melhor qualidade pedagógica e condições de aprendizagem em série agrupada por etapa e ano, de acordo com a legislação vigente.

Exceto as condições de gerência pedagógicas e a baixa aprendizagem (em Morro Redondo estava razoável), o CME pode verificar a plausibilidade das justificativas apresentadas. No entanto, ainda sobre a dificuldade de gerência pedagógica, entende se que é no mínimo dificultoso gerenciar aprendizagens diversas em turmas não seriada, ainda mais que inexistente no município formação exclusiva docente para tal, tampouco estudos/ pesquisas.

C) Quanto à análise dos diagnósticos, consideraremos por parte. Em princípio, a análise do impacto pedagógico. Verificou se que Angico apresentava resultados um pouco baixo e que Morro Redondo apresentava dados idênticos ao da sede, apesar de multisseriada. Percebeu se que, para além dos dados, o que levou o reordenamento das escolas foi o baixo número de alunos, bem como as turmas multisseriadas.

Quanto ao impacto financeiro, relatou se economia de cerca de 24 mil reais/ano com redução de contratos de pessoal de apoio. O contrato de docente fora remanejado para uma das sedes do núcleo, Alagadiço.

Quanto ao impacto financeiro em relação ao transporte, não fora apresentado nenhum dado.

E) Inexistem atos de relocação de servidor, visto que não tinha efetivos no local.

F) Concernente ao transporte escolar a LDB 9394/96 em seu artigo 11º reza que os municípios se incumbirão de assumir o transporte escolar em sua rede. Dado as prerrogativas legais em diversas normativas que a partir de 3 km a responsabilidade no transporte do aluno é do poder público, assim faz se necessário o uso deste para o deslocamento dos alunos para a escola a qual foram alocados. A resolução CNE/CEB/ MEC Nº 2, de 28 de abril de 2008: diz em seu artigo 8º que “O transporte escolar, quando necessário e indispensável, deverá ser cumprido de acordo com as normas do Código Nacional de Trânsito quanto aos veículos utilizados. § 1º Os contratos de transporte escolar observarão os artigos 137, 138 e 139 do referido Código.” Vejamos a que se refere o CTB (Código Brasileiro de trânsito):

**Art. 136.** Os veículos especialmente destinados à condução coletiva de escolares somente poderão circular nas vias com autorização emitida pelo órgão ou entidade executivos de trânsito dos estados e do Distrito Federal, exigindo-se, para tanto:

I – registro como veículo de passageiros;

II – inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança;

III – pintura de faixa horizontal na cor amarela, com quarenta centímetros de largura, à meia altura, em toda a extensão das partes laterais e traseira da carroçaria, com o dístico ESCOLAR, em preto, sendo que, em caso de veículo de carroçaria pintada na cor amarela, as cores aqui indicadas devem ser invertidas;

IV – equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo;

V – lanternas de luz branca, fosca ou amarela dispostas nas extremidades da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira;

VI – cintos de segurança em número igual à lotação;

VII – outros requisitos e equipamentos obrigatórios estabelecidos pelo Contran.

**Art. 137.** A autorização a que se refere o artigo anterior deverá ser afixada na parte interna do veículo, em local visível, com inscrição da lotação permitida, sendo vedada a condução de escolares em número superior à capacidade estabelecida pelo fabricante.

**Art. 138.** O condutor de veículo destinado à condução de escolares deve satisfazer os seguintes requisitos:

I – ter idade superior a vinte e um anos;

II – ser habilitado na categoria D;

III – (vetado);

IV – não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses;

V – ser aprovado em curso especializado, nos termos da regulamentação do Contran.

**Art. 139.** O disposto neste capítulo não exclui a competência municipal de aplicar as exigências previstas em seus regulamentos, para o transporte de escolares.

Ao que se verificou, o transporte utilizado, ainda que em condições relativas, descumpra alguns dos atos legais – art. 136, III e V - que a lei preconiza quanto ao transporte dos alunos da supracitada escola, que ora é objeto deste parecer. Vale ressaltar ainda a recomendação MEC/FNDE/MP Na GUIA DO TRANSPORTE ESCOLAR que o transporte não tenha tempo de uso superior a 7 anos. A comunidade não soube informar quanto a isso. Segundo a guia, o transporte escolar deve ser feito apenas em transporte de uso coletivo- ônibus, van, micro-ônibus, VW Kombi. O referido guia tem bases legais em Lei federal nº 10.709, de 2003, Lei federal nº 10.880, de 2004, Lei federal nº 11.947, de 2009, Decreto nº 6.768, de 2009, Resolução FNDE nº 7, de 2010, Resolução FNDE nº 40, de 2010, Resolução FNDE nº 12, de 2011, Resolução Contran nº 277, de 2008.

### 3- CONCLUSÃO/ VOTO DO RELATOR

Considerando o baixíssimo número de alunos que existia na escola, em a mesma estar multisseriada com misturas de ciclos que fere o princípio da legalidade, que os alunos foram realocados em turmas seriadas na nova escola, que a distância entre a escola antiga e a atual não é tão grande e o tempo de deslocamento dentro do aceitável, que uma das comunidades é manifestadamente a favor da ação após constatarem a melhora nas condições de aprendizagem e avanço escolar de seus filhos e a outra entende que é difícil o funcionamento da escola com o baixíssimo número de alunos multisseriados irregularmente, que os direitos fundamentais à escola e à educação foram garantidos, que a mudança e fechamento da escola com a transferência dos

alunos para outra escola visou à melhoria da qualidade do ensino aprendizagem, voto favorável à manutenção do fechamento da escola Professor Sá Teles (de Angico e Morro Redondo) pelo disposto acima e em consonância com a recomendação 01/2019 CME, que versa sobre a construção de um núcleo quilombola que atenda a educação infantil ao 9º ano, em cumprimento a resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012 que define diretrizes curriculares nacionais para a educação escolar quilombola na educação básica. No entanto, é necessário que a Promotoria Pública que ora é também parte interessada neste parecer, que se pronuncie quanto o que preconiza a CF e LDB (direito do ente público em se reorganizar), a LDB em seu art. 28º, parágrafo único, diz que em casos especiais escolas podem ser fechadas e a resolução CEB/CNE nº 02 de 28 de Abril de 2008 veda tal possibilidade para educação infantil e restringe para o F1. Este é o parecer.

#### DECISÃO DO CONSELHO PLENO

Conselho pleno aprova o voto do relator por unanimidade.

Presentes na votação:

Altair Sá Teles

Andreia Anjos Baraúna

Hildete Rosa dos Santos Oliveira

Josué Rocha de Oliveira

Maria Zélia Guimarães S. Mendes

Maristela Rosa de araujo Miranda

Maristonia Rosa Oliveira

Nelson de Souza Costa Junior

Sandra Rosa

Homologado  
Enoque Francisco de Jesus  
Secretário Municipal de Educação  
DEC. 112/2017

Elcimar Lazaro Vieira  
Presidente CME